

INTRODUÇÃO:

A indústria cinematográfica caracteriza-se por três campos distintos, porém interdependentes – a produção, a distribuição e a exibição – percebendo-se uma intensa assimetria entre eles no Brasil. No caso gaúcho, ela origina-se do processo de dupla exclusão que o Estado enfrenta em relação ao cinema norte-americano e às produções do Rio de Janeiro e de São Paulo.

REFERENCIAL:

- Cinema: trajetória no subdesenvolvimento (GOMES, 1996);
- O cinema de longa-metragem no Rio Grande do Sul (1997-2007): uma perspectiva industrial (MACHADO, 2010);
- A política cultural como política pública (SIMIS, 2007);
- Desafios à Construção de Políticas Culturais: um balanço da Gestão Gil (CALABRE, 2009);

DESENVOLVIMENTO:

Através da Empresa Brasileira de Filmes S/A, criada em 1968, o governo intervinha diretamente na cinematografia nacional, acompanhando todas as etapas da cadeia produtiva. Todavia, com a sua extinção no Governo Collor, o Estado se afasta dessa função, adotando uma postura neoliberal. A instituição da Lei Rouanet (nº 8.313/91) e da Lei do Audiovisual (nº 8.401/93) estabelece um sistema de renúncia fiscal, que no RS é representado principalmente pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (nº 10.846/96).

Com a Retomada do Cinema Nacional, na segunda metade dos anos 1990, houve um aumento na produção de filmes, que não diminuiu as assimetrias da cadeia produtiva.

A partir do Governo Lula, a cultura é tratada como direito básico de cidadania, para além da lógica de mercado estabelecida. Cria-se a Secretaria do Audiovisual e prioriza-se a elaboração de editais públicos como meio de financiamento. O governo gaúcho demonstra interesse em agir de acordo com essa idéia, buscando parcerias com o Ministério da Cultura, reformando meios de incentivo e diversificando-os (vide quadro abaixo).

OBJETIVOS:

Analisar as modificações das relações entre Estado e cinema em âmbito nacional e seu desdobramento regional, verificando os principais dispositivos para a captação de recursos para o audiovisual gaúcho, identificando os avanços já promovidos e as limitações ainda enfrentadas.

METODOLOGIA:

- Abordagem essencialmente qualitativa.
- Análise de dados secundários, por meio de leitura e pesquisa de fontes e mídias, essas diversificadas em razão do uso da técnica da “bola de neve”, no que tange à captação de dados primários.
- Acompanhamento de duas entrevistas com indivíduos relevantes no campo do cinema gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A isenção fiscal ainda é o principal instrumento de fomento gaúcho ao audiovisual. Com isso, as falhas se perpetuam. Há um déficit entre recursos solicitados e captados, sendo estes fundamentalmente destinados à região metropolitana e às mesmas produtoras. Além disso, a maioria dos mecanismos abordados já havia sido criada antes da gestão atual, sendo que os novos são em prol da produção. Ademais, o baixo orçamento destinado à cultura dificulta as tentativas de formulação de políticas públicas culturais efetivas.

Ainda assim, o governo gaúcho demonstra um direcionamento para a multiplicação de incentivos culturais via edital público, preocupando-se em não deixar o cinema exclusivamente nas mãos da iniciativa privada. Tenta-se democratizar o acesso aos bens culturais, não apenas custeando-os, a fim de fomentar hábitos de consumo, para dirimir gradualmente as falhas da cadeia produtiva cinematográfica.

MEIO DE INCENTIVO AO AUDIOVISUAL	ANO DE CRIAÇÃO	INFORMAÇÕES
Lei Estadual de Incentivo à Cultura	1996	Até 2009 já havia captado mais de R\$ 42 milhões exclusivamente para a área do cinema, com valores variando ano a ano. No início dos anos 2000, seu orçamento já representava 66% dos recursos de sustento da cultura no RS.
Fundo de Apoio à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (FAC/RS)	2001	Teve seu primeiro edital lançado apenas em dezembro de 2010 , que disponibilizou até R\$ 30 mil para cada vencedor, tendo contemplado quatro projetos do audiovisual.
Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura)	2010	Objetiva substituir as Leis de Incentivo do país. No RS, em conjunto com o FAC/RS, permitiu a realização do Edital de Finalização de Longas-Metragens: Rio Grande do Sul Polo Audiovisual em 2011, em um valor total de R\$ 1,5 milhão, sendo que cada projeto recebeu até R\$ 150 mil. Em 2012, o total foi de R\$ 1,26 milhão.
Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre	1993	Subsidia até 80% do custo de projetos de natureza artística na cidade de Porto Alegre. A distribuição dos recursos é definida mediante concursos públicos realizados semestralmente.
Banrisul Cinema	1997	Criado pela Banrisul Corretora de Valores e embasado nas leis de incentivo nacionais, auxilia no processo de aquisição de verbas para a fase da pré-produção . Até o ano de 2011 captou R\$21 milhões, possibilitando a produção de 16 obras cinematográficas gaúchas.
Prêmio RGE Governo RS de Cinema (Prêmio de Longa-Metragem)	1998	Já assegurou R\$ 3,9 milhões para longas-metragens gaúchos , porém, ainda requer apoio das leis de incentivo.
Prêmio IECINE de Curtas-Metragens	1986	Contemplou mais de 40 projetos, sendo que a última edição finalizada, em 2009, liberou R\$ 80 mil para cada um dos cinco projetos aprovados.
Prêmio Assembleia Legislativa de Cinema Gaúcho	2004	Agraciou os vencedores de 2012 em onze segmentos distintos, com R\$ 2,5 mil cada (sendo o de “Melhor Filme” contemplado com R\$ 5 mil).
Projeto RodaCine	2001	Não financia obras, mas realiza exibições gratuitas de filmes nacionais , sendo que as 5 edições realizadas até 2011 tiveram uma média de 416 pessoas por sessão, chegando a cerca de 714 municípios gaúchos.